O Canto do Conhecimento Oculto

Existe uma lenda tradicional que explica por que os ciganos se espalharam pelo mundo. Ela diz que, no passado, o povo era governado por um grande rei na Índia, em uma cidade próspera e feliz chamada Sind.

Quando a cidade foi invadida e destruída por conflitos, o rei, vendo seu povo perder tudo, deu uma última ordem antes de morrer: "O chão que pisamos sumiu, mas o céu é o mesmo. Caminhem, espalhem-se pelo mundo, mas nunca esqueçam que o sangue de Sind.....

corre em cada um de vocês. Se vocês se unirem pelo coração, nenhuma nação poderá apagar o nosso povo". Desde então, eles se tornaram nômades, carregando a pátria na própria união.

"O vento da noite sopra forte para derrubar a tenda que está sozinha. Mas quando as carroças se alinham em círculo e o fogo é alimentado por todas as mãos, nem a pior tempestade e nem o homem mais poderoso da terra conseguem nos apagar. Fiquem juntos, ou a estrada engolirá vocês."

Autor:
Rombaru

Povo Calón

As Leis Fundamentais da Honra (Lacha)

A Lei da Lacha (A Honra Suprema): A honra pessoal e familiar (lacha) é o valor absoluto da vida de um Calón; perdê-la significa a morte social imediata perante todo o povo.

Fonte: TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. Identidade e Tradição: O Romanipen como Sistema Jurídico Tradicional. Cefet-MG, 2012. (Análise sobre a centralidade da Lacha no contexto ibérico e brasileiro) [TEIXEIRA].

A Lei do Sangue Puro: A linhagem de sangue Calón deve ser defendida contra qualquer contaminação externa, mantendo o orgulho da identidade de raça viva em cada geração.

Fonte: SAN ROMÁN, Teresa. La diferencia inquietante: Viejas y nuevas estrategias culturales de los gitanos. Alta Fulla, 1997. (Estudo clássico sobre a preservação étnica e biológica dos ciganos ibéricos).

A Lei da Solidariedade de Clã: Diante de uma ameaça externa ou agressão de um não cigano (gadjó), todas as famílias Calón locais devem se unir imediatamente para proteger o indivíduo agredido, independentemente de disputas internas anteriores.

Fonte: GAMARRA, J. Os Ciganos Calon no Brasil: Identidade e Território. Revista de Antropologia da USP, 2008. (Mapeamento das redes de proteção e lealdade grupal no território nacional).

A Lei do Respeito à Linhagem do Nome: O nome de um pai ou de um avô falecido é sagrado. Usar o nome de um ancestral em vão ou insultar a memória dos mortos de outra família gera uma guerra de honra instantânea.

Fonte: TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. Cefet-MG, 2012. (A sacralidade dos juramentos pelos antepassados e o tabu dos mortos) [TEIXEIRA].

A Lei da Palavra Empenhada (O Trato): Um negócio ou promessa selada com um aperto de mãos entre dois homens Calón tem valor absoluto e divino; o descumprimento destrói a reputação comercial da família inteira para sempre.

Fonte: SAN ROMÁN, Teresa. Alta Fulla, 1997. (O funcionamento dos acordos comerciais tradicionais e a ética de mercado cigana).

A Lei do Desterro por Vergonha: O indivíduo que comete um ato considerado covarde, traiçoeiro ou que manche a honra das mulheres de sua própria família deve ser abandonado pelo clã, tornando-se um pária sem eira nem beira.

Fonte: GAMARRA, J. USP, 2008. (Mecanismos de exclusão territorial e isolamento social como pena máxima entre os Calon).

A Lei do Amparo aos Velhos e Doentes (Respeito Gerontocrático): É dever moral inegociável de uma família abrigar, sustentar e cuidar de seus idosos e enfermos até o fim da vida. Deixar um ancião Calón aos cuidados de asilos ou hospitais públicos dos gadjé atrai vergonha e desonra extrema para a parentela.

Fonte: GAMARRA, J. Os Ciganos Calon no Brasil: Identidade e Território. Revista de Antropologia da USP, 2008. (A rede de parentesco como seguridade social).

A Lei da Hospitalidade Obrigatória (Recebimento de Parentes): Qualquer Calón que esteja viajando ou em trânsito tem o direito de ser acolhido com comida e abrigo na casa de outro Calón, mesmo que pertençam a clãs distantes, desde que o visitante demonstre respeito e submissão às regras do lar.

Fonte: TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. Identidade e Tradição: O Romanipen como Sistema Jurídico Tradicional. Cefet-MG, 2012. (Os rituais de acolhimento e a etiqueta de trânsito entre grupos Calon) [TEIXEIRA].

A Lei do Luto Fechado (Dolor): A morte de um membro do clã exige a interrupção imediata de todas as comemorações, músicas e o uso de roupas coloridas por toda a família alargada por períodos de seis meses a um ano. Violar o silêncio do luto é considerado um ataque direto à memória do falecido e desrespeito à dor da linhagem.

Fonte: SAN ROMÁN, Teresa. La diferencia inquietante: Viejas y nuevas estrategias culturales de los gitanos. Alta Fulla, 1997. (Ritos funerários e o impacto social do luto nos bairros e acampamentos ciganos).

As Leis de Gênero, Casamento e Resguardo Doméstico

A **Lei da Lacha Yeli (A Virgindade Sagrada):** A preservação da virgindade da mulher antes do casamento é uma lei absoluta e a maior prova de honra que uma família Calón pode apresentar à comunidade.

Fonte: SAN ROMÁN, Teresa. La diferencia inquietante: Viejas y nuevas estrategias culturais de los gitanos. Alta Fulla, 1997. (Análise sobre os rituais de casamento cigano e o valor da castidade feminina).

A Lei da Prova do Lenço (Yeli): A consumação do casamento deve ser validada publicamente através do ritual do lenço feito por uma mulher especialista (ajuntadora). A exibição das manchas de sangue comprova a honra da noiva para ambas as famílias.

Fonte: TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. Identidade e Tradição: O Romanipen como Sistema Jurídico Tradicional. Cefet-MG, 2012. (Estudo etnográfico sobre a cerimônia do lenço e sua força jurídica entre os Calon) [TEIXEIRA].

A Lei do Casamento Precoce: Os noivados e casamentos devem ocorrer no final da adolescência para garantir que os jovens iniciem suas famílias sob a proteção e supervisão direta dos pais, evitando a assimilação dos costumes morais dos gadjé.

Fonte: GAMARRA, J. Os Ciganos Calon no Brasil: Identidade e Território. Revista de Antropologia da USP, 2008. (A demografia jovem e as alianças de casamento interfamiliares).

A Lei da Submissão à Casa do Sogro (Bori): Após o casamento, a noiva (bori) passa a morar temporariamente na residência ou acampamento da família do noivo, devendo respeito e obediência total à sogra e realizando os trabalhos domésticos em sinal de adaptação ao novo clã.

Fonte: SAN ROMÁN, Teresa. Alta Fulla, 1997. (O papel social da Bori e a estrutura patriarcal nas famílias estendidas).

A Lei do Provedor e Defensor Masculino: O homem casado possui o dever inegociável de prover o sustento material e defender fisicamente sua esposa e filhos. A incapacidade de proteger ou sustentar a casa rebaixa o status do homem perante os outros chefes de família.

Fonte: GAMARRA, J. USP, 2008. (Divisão do trabalho e a construção da masculinidade no ethos Calon).

A Lei do Resguardo Público Feminino: A mulher casada deve manter uma conduta de extrema discrição em locais públicos, sendo proibido interagir intimamente ou conversar a sós com homens que não pertençam à sua própria família de sangue.

Fonte: TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. Cefet-MG, 2012. (As regras de etiqueta urbana e o controle social da reputação feminina) [TEIXEIRA].

A Lei do Repúdio por Quebra de Honra: Se for descoberto antes ou durante o casamento que a mulher não preservou sua pureza, o casamento é desfeito imediatamente, a noiva é devolvida à família de origem e o nome de sua parentela é manchado publicamente.

Fonte: SAN ROMÁN, Teresa. Alta Fulla, 1997. (As consequências sociais e jurídicas do repúdio matrimonial no direito consuetudinário).

A Lei da Proibição do Divórcio Injustificado: O casamento Calón é considerado um pacto de sangue vitalício entre duas linhagens. A separação só é permitida em casos de adultério comprovado da mulher ou de maus-tratos extremos e injustificados por parte do marido, devendo o caso ser julgado pelos homens mais respeitados do clã.

Fonte: SAN ROMÁN, Teresa. La diferencia inquietante: Viejas y nuevas estrategias culturales de los gitanos. Alta Fulla, 1997. (O estatuto da aliança matrimonial e a estabilidade das redes de parentesco).

A Lei da Linhagem e Guarda dos Filhos: Em caso de separação ou dissolução do casamento, os filhos pertencem legal e espiritualmente à linhagem do pai (vitsa). A mãe pode manter a guarda de crianças em fase de amamentação, mas a criação final e a herança do nome devem permanecer sob o controle e tutela da família paterna.

Fonte: GAMARRA, J. Os Ciganos Calon no Brasil: Identidade e Território. Revista de Antropologia da USP, 2008. (A estrutura patrilineal e a transmissão de direitos familiares).

A Lei da Autoridade das Matriarcas (Phuri Daj): Embora a sociedade Calón seja patriarcal, as mulheres mais velhas (matriarcas) ganham enorme autoridade interna após a menopausa. Elas detêm o poder de governar o comportamento das mulheres mais jovens da casa, intermediar conflitos domésticos e validar decisões íntimas que os homens não discutem publicamente.

Fonte: TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. Identidade e Tradição: O Romanipen como Sistema Jurídico Tradicional. Cefet-MG, 2012. (O poder de influência e a gerontocracia feminina no cotidiano doméstico Calón) [TEIXEIRA].

Leis de Higiene, Espaço e Organização do Acampamento/Lar do povo Calón

A Lei da Separação de Panos de Lavagem:
As roupas utilizadas da cintura para baixo (calças, saias e roupas íntimas) jamais devem ser misturadas na mesma lavagem ou bacia com as roupas da cintura para cima (camisas e lenços de cabeça) ou panos de prato.

Fonte: TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. Identidade e Tradição: O Romanipen como Sistema Jurídico Tradicional. Cefet-MG, 2012. (A manutenção de barreiras de limpeza e higiene doméstica entre ciganos mineiros) [TEIXEIRA].

A Lei do Isolamento dos Calçados: É proibido colocar sapatos, chinelos ou meias sobre mesas de refeição, cadeiras ou superfícies onde se manipulam alimentos. O calçado carrega a sujeira da rua e o contato com o chão, sendo considerado um vetor de sujeira doméstica.

Fonte: SAN ROMÁN, Teresa. La diferencia inquietante: Viejas y nuevas estrategias culturales de los gitanos. Alta Fulla, 1997. (Regras cotidianas de organização e limpeza nas habitações tradicionais)

A Lei da Gestão Espacial do Acampamento/Terreno: As barracas, trailers ou residências de um mesmo clã devem respeitar uma distância mínima que garanta a privacidade visual e acústica de cada núcleo familiar. Invadir o espaço doméstico imediato de um parente sem permissão gera conflitos de respeito.

Fonte: GAMARRA, J. Os Ciganos Calon no Brasil: Identidade e Território. Revista de Antropologia da USP, 2008. (A organização territorial dos acampamentos e o direito ao espaço familiar).

A Lei da Limpeza da Cozinha e Alimentos:
Toda a preparação de alimentos deve ser feita com água limpa e renovada. Pratos, copos e talheres devem ser lavados imediatamente após as refeições e inspecionados pelas mulheres da casa; o acúmulo de louça suja atrai má fama para a dona do lar.

Fonte: SAN ROMÁN, Teresa. Alta Fulla, 1997. (O papel da mulher na manutenção da ordem e o julgamento social da limpeza doméstica).

A Lei do Destino do Lixo Comunitário: Os resíduos, restos de alimentos e detritos do acampamento ou da residência devem ser descartados em áreas distantes da entrada das moradias e das fontes de água. Manter o lixo próximo ao espaço de convivência dos homens é considerado falta de higiene e consideração com o grupo.

Fonte: GAMARRA, J. USP, 2008. (Higiene ambiental e a convivência coletiva em acampamentos temporários no Brasil).

A Lei da Pureza da Água de Consumo: A bacia ou recipiente destinado à água de beber e cozinhar deve permanecer coberto e intocado por mãos sujas ou utensílios de uso pessoal. Misturar água de higiene pessoal com a água de consumo é uma infração grave contra a saúde coletiva.

Fonte: TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. Cefet-MG, 2012. (Práticas tradicionais de conservação de recursos e saúde comunitária) [TEIXEIRA].

A Lei da Pureza dos Alimentos em Luto: Quando ocorre a morte de um membro do clã dentro do acampamento ou da residência, toda a água armazenada e os alimentos abertos naquele momento devem ser descartados imediatamente. Acredita-se que a passagem da morte contamina energeticamente os consumíveis próximos.

Fonte: SAN ROMÁN, Teresa. La diferencia inquietante: Viejas y nuevas estrategias culturales de los gitanos. Alta Fulla, 1997. (Os tabus de contaminação e os ritos de transição funerária).

A Lei da Restrição de Animais de Rua: Cães de rua ou animais que não pertencem ao clã não podem entrar nas áreas internas das barracas, trailers ou cozinhas. O contato desses animais com os utensílios de comida exige a lavagem extrema ou o descarte do objeto para evitar a sujeira biológica.

A Lei da Restrição de Animais de Rua: *Cães de rua ou animais que não pertencem ao clã não podem entrar nas áreas internas das barracas, trailers ou cozinhas. O contato desses animais com os utensílios de comida exige a lavagem extrema ou o descarte do objeto para evitar a sujeira biológica.*

Fonte: GAMARRA, J. Os Ciganos Calon no Brasil: Identidade e Território. Revista de Antropologia da USP, 2008. (A relação com a fauna local e a higiene do espaço doméstico).

A Lei do Resguardo no Parto e Puerpério: A mulher Calón que deu à luz deve passar por um período de isolamento das atividades da cozinha comum. Durante as primeiras semanas pós-parto, suas roupas e utensílios pessoais são lavados de forma estritamente separada para preservar a higiene do restante do grupo.

Fonte: TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. Identidade e Tradição: O Romanipen como Sistema Jurídico Tradicional. Cefet-MG, 2012. (A gestão do corpo feminino nos ciclos biológicos e o resguardo) [TEIXEIRA].

Leis de Justiça, Resolução de Conflitos e o Conselho de Primos do povo Calón

A Lei da Assembleia de Primos (O Conselho): Todas as disputas graves sobre negócios, ofensas morais ou heranças devem ser julgadas por um conselho formado pelos homens casados mais velhos e respeitados das linhagens neutras envolvidas.

Fonte: TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. Identidade e Tradição: O Romanipen como Sistema Jurídico Tradicional. Cefet-MG, 2012. (O funcionamento do conselho de anciãos e a mediação de conflitos entre os Calon) [TEIXEIRA].

A Lei da Proibição da Polícia (O Tabu da Denúncia): É terminantemente proibido recorrer à polícia ou à justiça dos gadjé (não ciganos) para resolver conflitos internos. Entregar outro Calón às autoridades do Estado é considerado uma traição imperdoável, punida com desterro imediato.

Fonte: GAMARRA, J. Os Ciganos Calon no Brasil: Identidade e Território. Revista de Antropologia da USP, 2008. (A rejeição ao aparato estatal e a manutenção da autonomia jurídica).

A Lei da Retribuição de Honra (Dívida de Sangue): Uma ofensa física ou moral grave contra um membro do clã atinge toda a sua família. A linhagem do ofendido tem o direito tradicional de exigi-la de volta, a menos que o Conselho de Primos intervenha e estipule uma compensação financeira.

Fonte: SAN ROMÁN, Teresa. La diferencia inquietante: Viejas y nuevas estrategias culturales de los gitanos. Alta Fulla, 1997. (Mecanismos de vingança e regulação de conflitos de honra intergrupais).

A Lei do Veredicto por Consenso: As decisões do Conselho de Primos não são tomadas por votação, mas por consenso absoluto dos anciãos após ouvirem testemunhas. Uma vez decretado o veredicto, ambas as famílias devem aceitá-lo sem questionar.

Fonte: TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. Cefet-MG, 2012. (A autoridade gerontocrática e a construção do consenso no direito consuetudinário Calon) [TEIXEIRA].

A Lei do Desterro Territorial (Lei da Partida): Em casos de crimes graves ou conflitos incontroláveis, o Conselho pode ordenar que o culpado e sua família imediata abandonem a cidade ou o acampamento em um prazo de 24 a 48 horas, evitando o derramamento de sangue.

Fonte: GAMARRA, J. USP, 2008. (O banimento como sanção espacial de controle social no território brasileiro).

A Lei da Indenização Financeira (Compensa): Ofensas comerciais ou quebras de acordos verbais devem ser resolvidas com o pagamento de uma indenização estipulada pelos mediadores. O pagamento limpa o nome da família devedora e restabelece a paz.

Fonte: SAN ROMÁN, Teresa. Alta Fulla, 1997. (A economia da justiça e a substituição do conflito físico pela reparação material).

A Lei da Mentira Perante os Anciãos (Falso Testemunho): Dar um falso testemunho ou mentir deliberadamente diante do Conselho de Primos para proteger um parente culpado é considerado um ataque direto à autoridade dos velhos. A punição estende-se à testemunha, que perde o direito de voz em assembleias futuras e mancha a reputação de seu próprio lar [TEIXEIRA].

Fonte: TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. Identidade e Tradição: O Romanipen como Sistema Jurídico Tradicional. Cefet-MG, 2012. (A ética do testemunho oral e o respeito aos juízes tradicionais) [TEIXEIRA].

A Lei do Mediador Neutro de Fora (Tio de Respeito): Quando a disputa ocorre entre duas linhagens muito poderosas de uma mesma região e há risco de guerra, o Conselho deve convocar um Tio (ancião) respeitado de outra cidade ou estado que seja totalmente neutro. A presença deste mediador externo garante a imparcialidade absoluta do julgamento.

Fonte: GAMARRA, J. Os Ciganos Calon no Brasil: Identidade e Território. Revista de Antropologia da USP, 2008. (A diplomacia intergrupal e as redes nacionais de mediação Calón).

A Lei da Solidariedade da Pena Financeira: Se um indivíduo for condenado a pagar uma indenização (compensa) por danos materiais ou morais e não possuir recursos suficientes, seu pai, irmãos e tios paternos são legalmente obrigados pelo código a juntar o dinheiro e quitar a dívida. O clã paga para salvar a honra e o nome da própria linhagem.

Fonte: SAN ROMÁN, Teresa. La diferencia inquietante: Viejas y nuevas estrategias culturales de los gitanos. Alta Fulla, 1997. (A responsabilidade jurídica coletiva e o pagamento de fianças tradicionais).

As Leis de Relação com os Gadjé (Não Ciganos)

A Lei da Autonomia Econômica (Aversão ao Trabalho Assalariado): O homem Calón deve buscar o sustento através do comércio autônomo, negócios independentes ou prestação de serviços livres. Submeter-se a um emprego fixo com patrão gadjó é evitado, pois a subordinação permanente destrói a liberdade e o orgulho do clã.

Fonte: GAMARRA, J. Os Ciganos Calon no Brasil: Identidade e Território. Revista de Antropologia da USP, 2008. (Análise sobre o ethos econômico independente e as dinâmicas de mercado Calón).

A Lei do Sigilo Linguístico (O Shibe/Chibe Protegido): É proibido ensinar o vocabulário Calón (dialeto Shibe) para pessoas não ciganas. O idioma funciona como um código de segurança supremo para comunicação reservada em ambientes públicos e negociações comerciais diante dos gadjé.

Fonte: TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. Identidade e Tradição: O Romanipen como Sistema Jurídico Tradicional. Cefet-MG, 2012. (O papel da língua como barreira de proteção e resistência cultural no Brasil) [TEIXEIRA].

A Lei da Proibição do Casamento com Gadjé (Fronteira Étnica): O casamento com uma pessoa de fora do povo é estritamente proibido. O indivíduo Calón que decide unir-se estavelmente a um gadjó (homem) ou gadjí (mulher) rompe a linhagem de sangue e enfrenta a perda de status e o afastamento social da comunidade.

Fonte: SAN ROMÁN, Teresa. La diferencia inquietante: Viejas y nuevas estrategias culturales de los gitanos. Alta Fulla, 1997. (Regras de homogamia e os custos sociais da exogamia interétnica).

A Lei da Vizinhança e Coesão Residencial: Sempre que o grupo migrar para casas de alvenaria ou bairros urbanos, as famílias devem buscar moradias próximas umas das outras (na mesma rua ou quarteirão). A proximidade física protege o clã do isolamento social e facilita o controle moral mútuo contra os hábitos dos gadjé.

Fonte: GAMARRA, J. Os Ciganos Calon no Brasil: Identidade e Território. Revista de Antropologia da USP, 2008. (A territorialidade urbana e a reconfiguração dos acampamentos em bairros).

A Lei do Hermetismo nos Conflitos Internos: Jamais se deve expor brigas familiares, fofocas ou problemas do povo para vizinhos ou conhecidos não ciganos. Manter uma fachada de união absoluta perante o mundo exterior protege a comunidade de preconceitos e intervenções externas.

Fonte: TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. Cefet-MG, 2012. (A gestão da imagem pública do grupo e o controle de informações externas) [TEIXEIRA].

A Lei da Proibição do Casamento com Gadjé (Exogamia Interditada): O casamento formal com uma pessoa não cigana é proibido. O Rom que decide viver e casar-se com um gadjó (homem) ou gadjí (mulher) quebra a linhagem de pureza e enfrenta o risco de exclusão permanente ou perda total de status perante a comunidade.

Fonte: LIÉGEOIS, Jean-Pierre. Roma, Gypsies, Travellers. Council of Europe Publishing, 1994. (Regras estritas de casamento e os mecanismos demográficos de exclusão por exogamia).

A Lei da Flexibilidade Religiosa Estratégica: O Calón pode adotar formalmente a religião majoritária do ambiente em que vive (como o Catolicismo ou o Neopentecostalismo no Brasil) para facilitar a convivência e a inserção local, desde que os dogmas da igreja nunca substituam as leis de honra (Lacha) do Romanipen.

Fonte: SAN ROMÁN, Teresa. La diferencia inquietante: Viejas y nuevas estrategias culturais de los gitanos. Alta Fulla, 1997. (A plasticidade religiosa externa como mecanismo de sobrevivência e manutenção cultural).

A Lei da Desconfiança Preventiva Comercial: Ao negociar ou fechar transações financeiras com os gadjé, o Calón deve agir com extrema cautela e astúcia. A história de perseguição do mundo exterior exige que os homens do clã nunca demonstrem fraqueza ou revelem sua real situação financeira para pessoas de fora [TEIXEIRA].

Fonte: TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. Identidade e Tradição: O Romanipen como Sistema Jurídico Tradicional. Cefet-MG, 2012. (A ética defensiva de mercado e a proteção dos negócios da família) [TEIXEIRA].

A Lei da Não Adoção de Crenças Gadjé Relativas ao Romanipen: O cigano pode adotar a religião majoritária do país em que vive (Catolicismo, Ortodoxia, Islamismo, Protestantismo), mas é proibido permitir que as doutrinas dessas igrejas alterem ou anulem os mandamentos de pureza (Marimé/Užo) estabelecidos pelo Romanipen.

Fonte: LIÉGEOIS, Jean-Pierre. Roma, Gypsies, Travellers. Council of Europe Publishing, 1994. (A maleabilidade religiosa externa versus a imutabilidade interna do código de leis).

A Lei da Não Absorção da Justiça Gadjí: O Calón está terminantemente proibido de aceitar conselhos morais ou intervenções de assistentes sociais, psicólogos ou burocratas de fora que tentem mediar problemas de casamento ou disputas de honra da comunidade. A soberania para consertar vidas pertence unicamente ao Conselho de Primos.

Fonte: GAMARRA, J. Os Ciganos Calon no Brasil: Identidade e Território. Revista de Antropologia da USP, 2008. (A resistência comunitária contra a intervenção do Estado nas esferas íntimas).

A Lei da Fronteira da Comensalidade: É evitado partilhar refeições cotidianas na mesma mesa com gadjé que demonstrem preconceito ou desconhecimento ativo sobre o estilo de vida cigano. A mesa é um espaço de intimidade e respeito; alimentar-se com quem não entende a Lacha (honra) rebaixa a dignidade do chefe de família.

Fonte: SAN ROMÁN, Teresa. La diferencia inquietante: Viejas y nuevas estrategias culturales de los gitanos. Alta Fulla, 1997. (Os limites da comensalidade e a etiqueta de separação social com os não ciganos).